

# Educação e diversidades



## uma análise inclusiva

**ARCO**  
EDITORES ● ● ●

Gabriela Soares Balestero  
Patrícia Vieira  
Organização

# Educação e diversidades



## uma análise inclusiva

Gabriela Soares Balestero  
Patrícia Vieira  
Organização

**ARCO**  
EDITORES ● ● ●

Esta obra é de acesso aberto.

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e a autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada.



### **CONSELHO EDITORIAL**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva, UNIDAVI/SC.

Profa. Msc. Jesica Wendy Beltrán, UFCE- Colômbia.

Profa. Dra Fabiane dos Santos Ramos, UFSM- Santa Maria/RS.

Dr. João Riél Manuel Nunes Vieira de Oliveira Brito, UAL - Lisboa- Portugal.

Profa. Dra. Alessandra Regina Müller Germani, UFFS- Passo Fundo/RS.

Prof. Dr. Everton Bandeira Martins, UFFS - Chapecó/SC.

Prof. Dr. Erick Kader Callegaro Corrêa, UFN- Santa Maria/RS.

Prof. Dr. Pedro Henrique Witches, UFES - Vitória/ES.

Prof. Dr. Thiago Ribeiro Rafagnin, UFOB.

Prof. Dr. Mateus Henrique Köhler, UFSM- Santa Maria/RS.

Profa. Dra. Liziany Müller, UFSM- Santa Maria/RS.

Prof. Dr. Camilo Darsie de Souza, UNISC- Santa Cruz do Sul/RS.

Prof. Dr. Dioni Paulo Pastorio, UFRGS - Porto Alegre/RS.

Prof. Dr. Leonardo Bigolin Jantsch, UFSM- Palmeira das Missões/RS.

Prof. Dr. Leandro Antônio dos Santos, UFU– Uberlândia/MG.

Dr. Rafael Nogueira Furtado, UFJF- Juiz de Fora/MG.

Profa. Dra. Angelita Zimmermann, UFSM- Santa Maria/RS.

Profa. Dra. Francielle Benini Agne Tybusch, UFN - Santa Maria/RS.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Educação diversidades [livro eletrônico] : uma  
análise inclusiva / organizadoras Gabriela Soares  
Balestero, Patrícia Vieira. -- Santa Maria, RS :  
Arco Editores, 2022.

PDF

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5417-014-7

1. Diversidade 2. Educação - Finalidades e  
objetivos 3. Educação inclusiva - Brasil  
I. Balestero, Gabriela Soares. II. Vieira, Patrícia.

22-116905

CDD-370.115

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Educação diversidades : Educação inclusiva: 370.115

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380



**10.48209/978-65-5417-014-7**

*Diagramação: Gabriel Eldereti Machado*

*Projeto Gráfico: Gabriel Eldereti Machado*

*Imagem capa: Designed by canva*

*Revisão: Organizadoras e Autores(as)*

*Organizadoras: Gabriela Soares Balestero e Patrícia Vieira*

ARCO EDITORA  
Telefone: 5599723-4952  
contato@arcoeditores.com  
www.arcoeditores.com

# APRESENTAÇÃO

É com muita satisfação que escrevemos a apresentação da obra “Educação e diversidades: uma análise inclusiva”, que conta com a participação de diversos especialistas na área educação. O enfoque do livro é justamente proporcionar a reflexão sobre um tema relevante e ao mesmo tempo complexo e de difícil efetividade prática: a inclusão e o respeito às diversidades na educação.

O primeiro capítulo “A Educação em Direitos Humanos para o contexto de uma escola mais diversa e inclusiva” de autoria de Abraão Danzinger de Matos, busca abordar a relevância dos Direitos Humanos no contexto pedagógico como forma de oferecer a possibilidade de ampliar de forma considerável o atendimento da demanda da educação contemporânea. Sendo assim, o capítulo tem a seguinte problematização: Os Direitos Humanos atuam de forma a garantir a Educação para todos de forma equídea? E neste cenário, utilizando uma pesquisa documental, qualitativa e de caráter descritivo, buscará através do devido aporte teórico construir uma reflexão que permita a formação de uma consciência crítica sobre o assunto, apresentando uma função social e cognitiva da educação adequada para a ruptura de estereótipos em plena consonância com os Direitos Humanos.

No segundo capítulo intitulado “A diversidade como perspectiva de gestão escolar”, o autor Yulian Lopes de Souza ressalta que o artigo tem como objetivo explorar superficialmente a problemática da diversidade sob o aspecto da gestão escolar, visando analisar e discutir como deve a gestão configurar e contornar os desafios impostos pelo panorama da diversidade no espaço escolar.

No penúltimo capítulo, intitulado como “Diversidade na educação: desafios e possibilidades no contexto atual”, os autores Juçara Aguiar Guimarães Silva, Júlio César Lopes de Oliveira, Leandro Menezes da Silva, Michely Queiroz de Lima

Menezes, Regina Claudia Medeiros dos Santos e Vanessa Vasconcelos Lima fazem um relato sobre a diversidade na educação, trazendo a compreensão de que a pluralidade cultural deve estar relacionada com as possibilidades de interação, onde a socialização de conhecimentos é tarefa primordial, cabendo a busca de estratégias metodológicas que subsidie novos saberes e respeito ao próximo, abrangendo assim toda a comunidade.

O último capítulo conta com o artigo das organizadoras Gabriela Soares Balestero e Patrícia Vieira, intitulado “Diversidades, Direitos, Tecnologias e Educação: uma análise inclusiva”, cujo objetivo é entender a relevância da valorização da diversidade e da redução da desigualdade em um determinado cenário organizacional, sugerindo mudanças pedagógicas, utilizando as tecnologias de informação como meio para a existência de um ambiente organizacional que pratique a inclusão, pois a ideia básica da gestão da diversidade em qualquer instituição é a necessidade da prática do respeito, da empatia, da inclusão e do reconhecimento, de modo que um ambiente produtivo efetivamente ocorra, onde todos se sintam valorizados e os talentos sejam utilizados em sua plenitude.

Por fim, a presente obra convida os acadêmicos e profissionais da área da educação a refletirem sobre questões relacionadas à diversidade no meio educacional e, quem sabe, contribuir para uma formação docente mais inclusiva.

Tenham uma ótima leitura!

17 de junho de 2022

*As organizadoras*

*Gabriela Soares Balestero e Patrícia Vieira*

# SUMÁRIO

## CAPÍTULO 1

A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS PARA O CONTEXTO DE  
UMA ESCOLA MAIS DIVERSA E INCLUSIVA.....9

*Abraão Danziger de Matos*

*doi: 10.48209/978-65-5417-014-1*

## CAPÍTULO 2

A DIVERSIDADE COMO PERSPECTIVA DE GESTÃO ESCOLAR...27

*Yulian Lopes de Souza*

*doi: 10.48209/978-65-5417-014-2*

## CAPÍTULO 3

DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES  
NO CONTEXTO ATUAL.....35

*Juçara Aguiar Guimarães Silva*

*Júlio César Lopes de Oliveira*

*Leandro Menezes da Silva*

*Michely Queiroz de Lima Menezes*

*Regina Claudia Medeiros dos Santos*

*Vanessa Vasconcelos Lima*

*doi: 10.48209/978-65-5417-014-3*

## CAPÍTULO 4

DIVERSIDADES, DIREITOS, TECNOLOGIAS E EDUCAÇÃO:  
UMA ANÁLISE INCLUSIVA.....44

*Gabriela Soares Balestero*

*Patrícia Vieira*

*doi: 10.48209/978-65-5417-014-4*

SOBRE AS ORGANIZADORAS.....57

SOBRE OS AUTORES.....59

# CAPÍTULO 1

## **A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS PARA O CONTEXTO DE UMA ESCOLA MAIS DIVERSA E INCLUSIVA**

*Doi: 10.48209/978-65-5417-014-1*

*Abraão Danziger de Matos*

### **Introdução**

Atualmente o sistema capitalista prevalece na sociedade e há notoriamente uma desigualdade social na população, em que muitos não possuem acesso ao que deveria ser básico e garantido por lei, como educação, saúde, segurança entre outros direitos. Dados levantados em pesquisa pela Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2021), demonstram que a desigualdade social, histórica e estrutural tem se aprofundado nos últimos anos, e houve uma grande progressão com o período da pandemia do Covid-19, que acabou deixando muitas pessoas em situação de pobreza e desigualdade social. Isso mostra o quanto é importante e urgente a aplicação efetiva de políticas públicas para garantir o desenvolvimento da sociedade e os direitos constitucionais, como o acesso à educação. Os números quanto a desigualdade social demandam que alguma medida seja tomada para que as pessoas possam ter seus direitos garantidos. De acordo com o estudo da FGV, a pobreza e a desigualdade

social tiveram um aumento significativo até o segundo trimestre de 2018, sendo 23,3 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza, com rendimentos abaixo de R\$ 232 por mês. (FGV SOCIAL, 2018).

A educação é um direito garantido por lei, sendo que todos deveriam ter acesso à esse benefício de forma equivalente. Porém, infelizmente o país vive um cenário de muita desigualdade social e uma boa parcela da população se encontra em situação de pobreza. Por conta disso, e pela má distribuição de recursos por parte do governo, muitas pessoas não possuem acesso à esse direito da forma como deveria. A partir do momento em que há barreiras de acesso à educação, aumentam muitos problemas que podem repercutir em toda a sociedade, como o desemprego, a criminalidade, discriminação, dentre outros, que só pioram os quadros de desigualdade social no país.

Frente á isso, é extremamente importante a atuação do governo através da implementação de políticas públicas que sejam eficientes para garantir o direito à educação para todos. De acordo com Bucci (2002, p 241) as políticas públicas são “programas de ação governamental com a finalidade de coordenar os meio à disposição do Estado e as atividades privadas para a realização de objetivos importantes para a sociedade e politicamente determinados”.

Nesse sentido, é dever do Estado organizar os grupos sociais equiparando padrões de igualdade e bem estar a todos, através do poder público que lhe é conferido. O país já possui algumas medidas implantadas na área educacional, como Programa Brasil Alfabetizado, um projeto que visa promover a educação de jovens acima de 15 anos, em paralelo há o EJA, Educação de Jovens e Adultos, que é uma oportunidade para pessoas que não puderam concluir a educação básica retomar os estudos, e programas de financiamentos estudantis. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2021). Porém, essas medidas precisam ser realmente eficientes, aplicadas e acessíveis à

todos, tendo os recursos distribuídos de forma correta e igualitária. “grande parte das políticas públicas implantadas no país, até então, carecem de efetividade, eficácia e eficiência, sendo a principal consequência disso um futuro incerto acerca da conquista de padrões razoáveis de desenvolvimento com inclusão”. (SCHMIDT, 2007, p. 1989).

Portanto, a falta de acesso à educação gera muitos problemas à população que agrava ainda mais a desigualdade social no país, que já é um fator que atrapalha o acesso à educação. Então, é de extrema importância o papel que o governo pode realizar implementando políticas públicas adequadas, eficientes e abrangente à todos, para assim, contribuir com a sociedade e com a educação.

O presente estudo busca abordar a relevância dos Direitos Humanos no contexto pedagógico como forma de oferecer a possibilidade de ampliar de forma considerável o atendimento da demanda da educação contemporânea. A escolha da respectiva temática deve-se ao fato de que se ter seus direitos individuais e coletivos garantidos a um público cada vez maior, não cabendo no contexto hodierno, nenhuma segregação ou discriminação de qualquer natureza. Se considerar e efetivar os Direitos humanos no contexto da educação pode romper paradigmas e caminhar de forma a proporcionar uma evolução no ensino como um todo. A literatura inclusiva, assim como a educação inclusiva permitem a formação de uma sociedade livre de preconceito e discriminação, que oportuniza aos educandos uma formação de aberta e receptiva às diferenças. Este artigo tem a seguinte problematização: Os Direitos Humanos atuam de forma a garantir a Educação para todos de forma equívoca? E neste cenário, utilizando uma pesquisa documental, qualitativa e de caráter descritivo, buscará através do devido aporte teórico construir uma reflexão que permita a formação de uma consciência crítica sobre o assunto, apresentando uma função social e cognitiva da educação adequada para a ruptura de estereótipos em plena consonância com os Direitos Humanos.

## **Desenvolvimento**

Na sociedade contemporânea, toda e qualquer abordagem sobre inclusão é válida, pois a mesma passa por uma ressignificação de valores e prioridades, que coloca o direito individual de cada um, em destaque, porém em concordância com os direitos coletivos, e considera o indivíduo como relevante em todos os contextos e especialmente no de sua participação social.

A educação engloba os processos de ensinar e aprender, de ajuste e adaptação. É um fenômeno visto em qualquer sociedade e nos grupos constitutivos destas, responsável pela manutenção destes e pela perpetuação a partir da transposição, às gerações que se seguem, dos modos culturais de ser, estar e agir necessários à convivência e ao ajustamento de um membro no seu grupo ou sociedade.

Enquanto processo de socialização, a educação é exercida nos diversos espaços de convívio social, seja para a adequação do indivíduo à sociedade, do indivíduo ao grupo ou dos grupos à sociedade. E neste sentido o presente estudo tem por escopo fazer uma análise reflexiva a respeito da importância dos Direitos Humanos como ferramenta que garante uma Educação equívoca de forma a difundir a inclusão e a diversidade no âmbito educacional.

Entende-se que o processo de aprendizagem pode ser conceituado como um método de adquirir novos conhecimentos por meio de experiências vivenciadas e definidas por fatores internos e externos que conduzem à uma notória modificação do comportamento humano e que, sobretudo, sofre influências de algumas condições primordiais, quais sejam as mentais, as sensoriais, as físicas, e também das sociais para se desenvolverem de maneira adequada.

O sentido de aprender na educação é bem abrangente pois envolve o desenvolvimento do aluno em diferentes sentidos, mas isto somente ocorrerá de maneira adequada se houver um campo fértil para esta difusão. Neste interim

o objetivo deste estudo é mostrar o sentido de se utilizar os Direitos Humanos no âmbito pedagógico para conscientizar o cidadão seja ele quem for dentro da comunidade escolar, considerando o conceito da aprendizagem como elemento protagonista da transformação humana.

Nesta perspectiva, discutir sobre Direitos Humanos na sociedade contemporânea é muito importante e também complexo, visto que o significado deste instituto está arraigado em paradigmas pré-estabelecidos e que acabam por construir conceitos distorcidos ou limitados. Em uma época em que o direito individual, em relação a sua participação social, bem como o respeito à diversidade independente de suas particularidades (gênero, étnicas, socioeconômicas, religiosas, físicas e psicológicas), têm surgido como uma reflexão ética. Isto gera a exigência de se buscar uma sociedade mais justa e equívoca, a abordagem sobre os Direitos Humanos dentro do contexto educacional é primordial (SOUSA, 2015).

Segundo Carbonari (2008):

A educação em direitos humanos é aquela capaz de formar para resistir a todas as formas de opressão, de violação dos direitos; mas também é aquela que forma sujeitos de direitos capazes de solidariamente viabilizar as melhores condições para que todos e todas possam viver concretamente os direitos humanos permanentemente (CARBONARI, 2008, p. 36-37).

Na procura destes ideais foi instituída a ONU e seus complementos, em Assembleia Geral, no ano de 1948, confirmaram a Declaração Universal dos Direitos Humanos promulgando princípios, que se tornariam pilas para uma diversa compreensão de convivência humana baseada na solidariedade (SOUSA, 2015).

No que diz respeito à educação, a Declaração Universal dos Direitos Humanos proclama no seu artigo 26.º que:

“Toda a pessoa tem direito à educação [...]” Logo no parágrafo 2.º postula: “A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do homem e das diferentes liberdades fundamentais

e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos [...]” (ONU, 1948).

A partir dessa Declaração, muitos acordos e convenções tratando de problemas relacionados com os direitos humanos foram assinados, e a eles se submetem os países que aquiesceram, pois o descumprimento ocasiona sanções (MIRANDA, 2006).

As concepções que norteiam a formação humana e políticas públicas, tornam-se de suma importância no paradigma da construção da cidadania através do meio educacional, onde o desenvolvimento do contexto auxilia para apresentar a educação não apenas como um método de aprendizagem, mas como um meio de aprimorar e melhorar o cidadão de modo geral perante a sociedade.

A educação se volta para a formação de cidadãos cada vez mais conscientes de seu papel social, direitos e deveres, a educação é a porta de entrada para a percepção de que para alcançar melhores condições de vida é preciso primeiro compreender as condições da vida em sociedade.

Em relação às potencialidades da educação na formação humana é possível perceber uma disparidade em relação aos desejos sociais, onde a cidadania produz uma igualdade a todos e a sociedade economicamente falando produz outros interesses. Assim sendo, têm-se uma disparidade entre a aplicação de educação e formação da cidadania humana para todos, onde as políticas públicas se dão através de movimentos que buscam espaço para os menos favorecidos, é possível observar que dentro desta luta de ideais para a formação da cidadania se percebe que a cada indivíduo recebe as informações de forma diferente, e que cada um possui seus objetivos e seus anseios pela felicidade.

Dessa forma ao utilizar a educação como meio de formação humana é preciso caminhar em uma linha tênue sobre o que é capacidade de ser cidadão e fazer com

que este perceba a necessidade de saber impor também os seus desejos, fazendo-se valer as conjecturas das políticas públicas, sem permitir que o seu pensamento seja controlado pelos desejos do Estado.

A educação é o ponto chave para que o desenvolvimento reflexivo e de conhecimento pela busca do fim das desigualdades sociais, comprovando assim a formação pautada na busca pelo reconhecimento de todos como verdadeiros cidadãos.

No Brasil, os excelentes esforços para se estabelecer e absorver os direitos humanos e da cidadania existe uma mescla de movimentos cívicos históricos. Neste sentido a educação entra como uma mediadora na formação do cidadão e prepara este para atuar dentro de um Estado Democrático de Direito.

## **Direitos humanos e educação**

O Estado Democrático de Direito, mostra que a Constituição Federal de 1988 erigiu como fundamento da República a dignidade da pessoa humana, que é claramente fundada nos Direitos Humanos. Tal alternativa pôs a pessoa como cerne das apreensões do ordenamento jurídico, de forma que todo o sistema, motivado e dirigido por ela, se conduz para sua proteção. Os preceitos Constitucionais (formado por princípios e normas) atuam neste sentido, e conferem integração metódica a todo ordenamento jurídico, é o que a Constituição de 1988 determina, priorizando a subjetividade, o adiantamento humano e a dignidade da pessoa expressamente ponderada, em suas analogias pessoais (MIRANDA, 2006).

A Constituição Federal, em seu Título 1º, artigo 5º, caput e inciso I, discorre sobre o princípio da dignidade da pessoa humana, do direito à vida, do direito à liberdade, e da igualdade entre homens e mulheres, entre tantas outras proteções, isto significa Direitos Humanos.

Desta forma, fazendo uma comparação entre o que está preceituado no sistema normativo vigente e a realidade que se esboça diante de todos, observa a capacidade das ciências de especular em torno dos elementos que envolvem a dignidade, a integridade e a liberdade (MIRANDA, 2006).

Neste contexto buscar-se-á neste trabalho apresentar o contexto dos Direitos Humanos em todas as suas acepções e vertentes no âmbito educacional, a fim de que sob os conceitos de cidadania, de consciência crítica, possa se construir uma escola diversa e inclusiva. Assim considera-se que a criticidade pode ser indagatória de modo a produzir mudanças significativas na realidade da sociedade moderna (SOUSA, 2015).

Um marco histórico e legal acerca dos Direitos Humanos na Educação, foi que no ano de 2012 ocorreu um considerável avanço para educação, que se tratou da aprovação das Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos pelo Conselho Nacional de Educação. De acordo com Sousa (2015):

A Educação em Direitos Humanos deve ser uma educação em valores, tais como a tolerância, a não discriminação e o respeito à diversidade, pois os direitos humanos estão referidos a uma plataforma moral que inclui além desses, a dignidade humana, a liberdade, a justiça, a solidariedade, a aceitação do outro como um legítimo e o pluralismo (SOUSA, 2015, p. 23).

Entende-se pela relevância em se observar os aspectos antropológicos e também sociológicos para se atingir resultados satisfatórios dentro do ambiente escolar. Para isto é preciso se observar o contexto no qual se está inserido.

Neste contexto pode-se citar Benevides (2003) que fala:

A Educação em Direitos Humanos é essencialmente a formação de uma cultura de respeito à dignidade humana através da promoção e da vivência dos valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz. Portanto, a formação desta cultura significa criar, influenciar, compartilhar e consolidar mentalidades,

costumes, atitudes, hábitos e comportamentos que decorrem, todos, daqueles valores essenciais citados, os quais devem se transformar em práticas. (BENEVIDES, 2003, p.309-310)

Em contrapartida observa-se tanto no ambiente escolar, quando fora dele as desigualdades sociais são latentes em se inserir tanto no aluno quanto na realidade da escola. É necessário refletir acerca deste cenário real, pois que estamos discutindo a os aspectos antropológicos e sociológicos presentes na desigualdade no contexto da educação.

## **Uma escola diversa e mais inclusiva**

A educação especial busca proporcionar uma educação coesa para indivíduos que dispõem de algum tipo de deficiência, prestando aporte e atendimento as necessidades particulares dos mesmos, podendo ser viabilizada através das instituições de ensino regular ou através de âmbitos especializados.

O quadro nacional da educação especial é marcado por exclusão social e educacional. No entanto, a inclusão e acessibilidade para pessoas portadoras de deficiências ou limitações, é um direito garantido por lei, independentemente da condição que seja.

No ambiente escolar pode se observar uma enorme gama de diversidade, incluindo pessoas que possuem algum tipo de deficiência, podendo ser auditiva, visual, física, mental ou múltipla. A educação vem se recriando ao longo dos anos a fim de se tornar mais acessível e inclusiva para esse público, buscando proporcionar um ensino completo e de qualidade, de forma igualitária.

No Brasil o tema inclusão social é sempre um desafio e desafiador, uma vez que o histórico do país no ambiente da educação escolar é relacionado continuamente a grandes exclusões, seguindo a ótica do presente. Assim sendo, o âmbito da educação especial é de suma importância, pois promove na maioria das vezes um ambiente

mais participativo, dinâmico, descontraído e interativo, onde as necessidades e particularidades educacionais do aluno com deficiência é trabalhada de forma a otimizar os processos educacionais.

O professor deve deter conhecimentos sobre as particularidades dos aluno, a fim de elaborar aulas acessíveis e inclusivas para que todos possam ter a mesma carga de conhecimento adquirido. O professor possui papel central na mediação do saber, haja vista que deve-se elaborar metodologias para promover o mesmo nível de ensino e o mesmo tipo de ambiente de forma a abranger todos os alunos, independentemente das limitações e deficiências que possuam.

Pondera-se que a realização da inclusão social de alunos com deficiências na esfera educacional é um grande desafio, isso porque o professor tem a missão de realizar uma quebra do preconceito social que as pessoas costumam deferir aos alunos com deficiência por não entenderem as suas limitações, além de ter que possuir conhecimentos referentes às adaptações educacionais para esses alunos. Todavia, com o auxílio de um diálogo e o conhecimento mais aprofundado sobre essa questão, é possível se criar um ambiente dinâmico e igualitário para os alunos com deficiências, ultrapassando as barreiras do preconceito.

É papel do professor prover condições para que sejam minimizadas as desigualdades sociais, melhorando a autoestima do educando, o acolhendo e disponibilizando atividades que o aluno consiga desempenhar, para que o mesmo não sintasse ou seja excluído do grupo. Mediante a inserção de atividades inclusivas o professor viabiliza o respeito as diferenças particulares de cada indivíduo, fomentando seu desempenho/desenvolvimento.

A proposta para uma Educação Inclusiva é que todas as crianças, sejam com deficiência ou não, com qualquer que seja a origem socioeconômica ou cultural, fiquem em salas de aulas regulares, bem como que suas necessidades sejam elas especiais ou não sejam satisfeitas.

Assim, proporcionar a todos os alunos, deficientes ou não, o ensino necessário, dentro de ambientes integrados, com professores atualizados e com habilidades, para tal. Desta forma, incluir constitui colocar alunos portadores de deficiência em classes do ensino regular e apresentar o devido apoio para professores e alunos.

Sobre o conceito de inclusão, pode-se citar Sasaki (2007):

Um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. (...) Incluir é trocar, entender, respeitar, valorizar, lutar contra exclusão, transpor barreiras que a sociedade criou para as pessoas. É oferecer o desenvolvimento da autonomia, por meio da colaboração de pensamentos e formulação de juízo de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida. (SASSAKI, 2007 p. 41)

Segundo Ferreira (2005) sobre a inclusão pode-se dizer que esta é:

[...] uma filosofia que valoriza diversidade de força, habilidades e necessidades [do ser humano] como natural e desejável, trazendo para cada comunidade a oportunidade de responder de forma que conduza à aprendizagem e do crescimento da comunidade um papel de valor. (FERREIRA, 2005 p. 44)

Ainda conceituando educação inclusiva observa-a como um processo de interação, socialização, bem como de edificação do conhecimento. A realidade educacional cobra isto, em razão dos desafios e necessidades do mundo moderno, de acordo com o que menciona Mitler (2003):

No campo da educação, a inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola. (MITLER, 2003 p. 25)

Desta forma, entende-se “inclusão como um processo dinâmico e gradativo, que se resume na cooperação e solidariedade cotidianos, além do respeito às diferenças, comunidade, valorização das diferenças, melhora para todos, pesquisa reflexiva” (SANCHEZ, 2005, p. 17)

A mesma autora ainda afirma que para estabilizar e vencer os desafios e objetivos do sistema educacional, é preciso se firmar em quatro pontos principais da educação “aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser” (SANCHEZ, 2005, p. 10)

Porém, é entendido que a educação inclusiva se fortalece através da socialização e aprendizado, trabalho em equipe e conhecimento “condizentes com a igualdade de direitos e de oportunidades educacionais para todos, em um ambiente educacional favorável” (BRASIL, 2011, p.17)

A realidade socioeconômica da população de forma direta e indireta influencia na qualidade educacional, porque está intrínseco em cada ser humano a sua vivência de mundo, que é efetivamente influenciada pelo ambiente em que vive. Traz para o ambiente escolar todo um contexto que envolve a sua cultura, os aspectos relacionados a sua convivência familiar e ao local onde mora (PINSKY e PINSKY, 2010).

Assim torna-se imprescindível a compreensão dos fatos e a disposição da sociedade, principalmente os órgãos de ensino a repensarem seus métodos de parâmetros educacionais, a fim de promover uma educação democrática, equídea e acessível a todos, sem distinção de qualidade, que seja renovada em aspectos sociais, políticos e culturais concretizados pelo anseio de que o destino do homem deve ser criar e transformar o mundo, sendo o sujeito de sua ação (PINSKY e PINSKY, 2010).

A escola é uma instituição que pode contribuir com o fim das desigualdades auxiliando no desenvolvimento da sua criticidade a partir do momento em que se começa a entender dentro do ambiente escolar da importância da sua história e da sua vivência, que efetivamente forma o seu caráter e o insere no contexto da sociedade contemporânea (PINSKY e PINSKY, 2010).

E assim passa a se deixar envolver pelas questões políticas, sociais e culturais relevantes que existem no meio em que vive, e leva essas discussões para dentro da sala de aula, interagindo com os demais, formando inúmeras opiniões com relação ao contexto social, político e cultural no qual está inserido (PULINO, 2015)

## **Resultados e Discussões**

O educador e a educação, por si só não mudam totalmente e nem criam um modelo social, ambos atuam mutuamente, mas em conjunto com o indivíduo, a fim de se trazer inúmeras melhorias para muitos problemas existentes no meio. Já como objeto da história o educador sofre as ações da evolução social, muitas vezes participando de forma anônima de sua construção, e na sua autenticidade, entende-se que embora por vezes não seja reconhecido, o educador é um ser humano envolvido na prática transformadora. A partir disso pode-se dizer que o professor pode ser um formador de opiniões e não somente um transmissor de ideias ou conteúdo (PULINO, 2015)

Vários são os fatores que afetam o processo de ensino-aprendizagem, e os aspectos socioeconômicos são um deles, as desigualdades prejudicam, mas também pode ser a mola propulsora da mudança e da ressignificação da educação num contexto histórico, na busca da superação destas desigualdades, na conscientização do cidadão. A sociedade tem passado por um momento de revisão no que se diz respeito aos papéis essenciais no seu desenvolvimento, e o da educação é um dos primordiais (PULINO, 2015).

Ainda hoje existem muitos que considerem a educação como um elemento de transformação social, e deve ser mesmo, porém para que esse quadro se modifique, e se efetive, faz-se necessário uma reflexão nos pontos de vista antropológico, sociológico e histórico também (PULINO, 2015)

Deste modo, fica manifesto que o processo de formação e desenvolvimento da educação e especificamente a implantação dos Direitos Humanos em sala de aula dever considerado um item mobilizador da transformação da realidade. Destas apreciações surge com clareza o verdadeiro aliado da modificação efetiva da estrutura social, que é o conhecimento e o desenvolvimento coerente da consciência crítica para se consolidar a participação de todos na edificação de uma educação transformadora em todos os seus aspectos (PINSKY e PINSKY, 2010).

A realidade atual exige que as equipes administrativo-pedagógicas tenham competências gerais, que englobem capacidades, conhecimentos, ações e valores que propõem a ênfase dos desenvolvimentos dos alunos em distintos aspectos, quer sejam sociais, intelectuais, culturais, ou outros aspectos. Neste contexto, a Base Nacional Comum Curricular determina em todo o processo educacional que sejam ofertados e considerados requisitos indispensáveis para trabalhar o desenvolvimento integral do aluno (BRANCO et. al., 2018).

Desta forma a própria BNCC trabalha campos que enfatizam a cidadania e o pleno acesso aos direitos, via eixos de aprendizagem e desenvolvimento. Temas Contemporâneos Transversais podem surgir nestes campos, para favorecer a compreensão de assuntos distintos, como o desenvolvimento sustentável, a preservação ambiental, cuidados com a saúde; a utilização de inovadoras tecnologias digitais; o respeito e a compreensão com as diversidades, conhecer os seus direitos e deveres como cidadão, entre outros (BRANCO et. al., 2018).

Contribuindo com o desenvolvimento do cidadão desde a mais tenra idade, como ser humano e como cidadão atuante e crítico, o desenvolvimento destes temas cumpre assim com uma das funções sociais da escola, permitindo que o aluno saia da educação formal e compreenda a importância de sua atuação na sociedade de forma colaborativa (BRANCO et. al., 2018).

## **Considerações Finais**

Observa-se que a sociedade moderna está em busca de atender às necessidades de cada cidadão, e para isto tenta se estruturar ou se reestruturar, e desta forma ter condições de ajudar todos de forma igualitária na medida de suas diferenças, das maiorias às minorias, dos privilegiados aos marginalizados, o que se comprova pelo fato de que nos últimos tempos muitas políticas públicas vêm sendo desenvolvidas com o objetivo de incluí-los ao sistema social.

Assim faz-se uma análise reflexiva a respeito destas transformações ocorridas nas relações interpessoais no contexto pedagógico para entender então como pode trazer a prática da cidadania para dentro do contexto escolar, no ambiente de aprendizagem. E quando se fala sobre Direitos Humanos, muitos associam a grupos que dão assistência a presidiários, ou pessoas envolvidas em alguns movimentos populares, e na realidade não é nada disto.

Implica dar ênfase a uma circunstância incipiente de incompatibilidade entre o Estado e a sociedade civil, em que se buscava conjeturar a simples probabilidade de restrição dos poderes do Estado, para acastelar certas esferas, notadamente relevantes, como a liberdade e a propriedade, tornando-as do cidadão.

O presente estudo não tem a pretensão de levantar uma nova teoria, mas sim de contribuir com a sociedade como um todo e com o mundo acadêmico, destacando a necessidade de se conscientizar o cidadão sobre os seus direitos, sejam eles individuais ou coletivos, de forma a evidenciar para a sociedade contemporânea que a ampla gama dos Direitos Humanos tutela a Educação bem como combate as segregações e discriminações que tanto desabonam a humanidade. Neste mesmo contexto esta pesquisa vem sugerir discussões e mais estudos neste eixo para disseminar então a relevância da consciência crítica no indivíduo.

Por fim ressalta-se que no mundo hodierno, percebe-se que as relações entre o Estado e o Direito vêm de certa forma evoluindo em razão das visões filosóficas predominantes em cada tempo, das teorias políticas, do exercício do desenvolvimento econômico da sociedade e dos episódios históricos mais relevantes, o que está intrinsecamente relacionado à Educação.

## **Referências**

BENEVIDES, M. V. **Educação em direitos humanos: de que se trata?** In: BARBOSA, R. L. L. B. (Org.). Formação de educadores: desafios e perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

BRANCO, E. P.; ROYER, M. R.; BRANCO, A. B. G. A abordagem da Educação Ambiental nos PCNS, nas DCNS e na BNCC. **Nuances: Estudos sobre Educação**. Presidente Prudente, v. 29, n. 1, p.185- 203, jan./abr., 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC, 2013.

\_\_\_\_\_. **Base Nacional Comum Curricular**. 3ª versão. Brasília: MEC, 2016.

BRASIL. **Ministério da educação. Ações e Programas**, 2021. Disponível em:<<https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/secretarias/secretaria-de-educacao-superior/programas-e-aco-es-sesu>> . Acesso em 10 fev. 2022.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Direito administrativo e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2002

CARBONARI, Paulo. **Direitos humanos: sugestões pedagógicas**. Passo Fundo: IFIBE, 2008.

CARVALHO, J. S. et. al. **Educação e direitos humanos: experiências em formação de professores e em práticas escolares**. In: SCHILLING. F. (Org.). Direitos humanos e educação. São Paulo: Cortez, 2004.

FERREIRA, Windys B. Inclusão x exclusão no Brasil: reflexões sobre a formação docente dez anos após Salamanca. **In: Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva.** David Rodrigues, São Paulo, 2005.

FGV SOCIAL. **Desigualdade de impactos trabalhistas na pandemia.** 2021. Disponível em: <<https://cps.fgv.br/destaques/fgv-social-lanca-pesquisa-desigualdade-de-impactos-trabalhistas-na-pandemia>>. Acesso em 11 fev. 2022.

GIMENO-SACRISTÁN, J. **O currículo: uma reflexão sobre a prática.** Porto Alegre: ArtMed Editora, 2017.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica.** 17ª edição. São Paulo. Atlas, 2020.

MAUDONNET, J. V. M. **Crianças cidadãos? A formação para a cidadania na educação infantil.** 2003. 212 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. MIRANDA, Nilmário. **Por que Direitos Humanos?** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva: contextos sociais.** Porto Alegre: Artmed, 2003. ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948.** Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>. Acesso em: 10 de março. 2021.

PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla B., **História da Cidadania.** 5ª Ed. São Paulo. Editora Contexto, 2010.

PULINO, Lúcia Helena C. Zabotto. **Sujeitos da diversidade e suas vulnerabilidades.** In: Plataforma Aprender - Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação em e para os Direitos Humanos no Contexto da Diversidade Cultural. (Módulo 2). Brasília: Instituto de Psicologia/Universidade de Brasília, 2015b. Disponível em: <http://aprender.ead.unb.br/course/view.php?id=1147> Acesso em: 10 de Set. de 2021.

RORIZ, Ticiano Melo de Sá. **Inclusão social/escolar de pessoas com necessidades especiais: múltiplas perspectivas e controversas práticas discursivas.** USP, v.16, São Paulo, 2005.

SANCHEZ, Pilar Arnaiz. **A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI.** Revista da Educação Especial, São Paulo, p.17, set. 2005.  
SASSAKI, R.K. **Perguntas e Respostas sobre Educação Inclusiva,** (apostila) 2007.

SCHMIDT, João Pedro. **Gestão de políticas públicas:** elementos de um modelo pós-burocrático e pós-gerencialista. In: REIS, Jorge Renato; LEAL, Rogério Gesta (Org.). **Direitos Sociais & Políticas Públicas. Desafios contemporâneos.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007, t.7.

SOUZA, M. D. A. de. **Direito à educação: entre anúncios, denúncias e violações.** In: CANDAU, V. M.; SACAVINO, S. (Org.). **Educar em direitos humanos: construir democracia.** Rio de Janeiro: DP&A, 2015.

# CAPÍTULO 2

## A DIVERSIDADE COMO PERSPECTIVA DE GESTÃO ESCOLAR

*Doi: 10.48209/978-65-5417-014-2*

*Yulian Lopes de Souza*

### **Introdução**

A globalização, o desenvolvimento social e político e até as revoluções tecnológicas trouxeram novos embates e paradigmas a serem analisados. Entre eles, o da diversidade e da desigualdade. A desigualdade é um pilar da diversidade que se manifesta em todo e qualquer processo sócio-cultural evolutivo, e que configura um fragmentado problema isonômico de condições que vão desde saneamento básico até ao acesso à educação.

Este artigo, portanto, tem o objetivo de explorar superficialmente a problemática da diversidade sob o aspecto da gestão escolar, visando analisar e discutir como deve a gestão configurar e contornar os desafios impostos por esses panoramas da diversidade no espaço escolar.

Em primeira análise, será realizada uma conceituação da diversidade e sua contextualidade no ambiente escolar. Depois, será demonstrado alguns percalços

ou desafios a serem ultrapassados para o desenvolvimento de uma escola inclusiva. Por fim, o trabalho contribuirá com uma reflexão a respeito dessas desconstruções e reconstruções necessárias para a construção de um novo cenário educacional.

No presente trabalho emprega-se metodologia qualitativa com base em revisão bibliográfica baseada em material já elaborado, como livros, revistas, artigos científicos, monografias, relatórios e fontes virtuais de estudiosos como Maria Tereza Leme Fleury (2000), Myrtes Alonso (2004), entre outros.

## **A Diversidade no Contexto Educacional**

Num contexto multicultural, a gestão escolar deve estar orientada e definida a conhecer, enfrentar e solucionar os desafios e dilemas do contexto social, tanto de seus alunos quanto de seus professores. Deve estar preparada e empenhada em discutir e resolver as problemáticas de um espaço que manifesta diversidades e diferenças, tanto éticas, culturais, religiosas, sexuais quanto socioeconômicas.

A escola é um palco de diferentes relações sociais, de manifestações culturais diversas presentes na sociedade. A escola é um ambiente que reflete crenças, visões de mundo, costumes, cores, orientações sexuais e religiosas diversas, e tantos outros aspectos da vida comum na sociedade. (CANDAUI, 2012). E como é possível conceituar a diversidade? Ora, a diversidade é como um amaranhado mestiçamento de combinações identitárias que interagem em um mesmo sistema social. Estes, divididos em grupos de maioria e minoria, onde a maioria sempre obteve e obtém vantagens de poder econômico e de recursos diversos em relação à minoria. (FLEURY, 2000).

Nesse sentido, é preciso que a instituição escolar seja capaz de compreender seus jovens estudantes e profissionais que chegam à escola e apreendê-los como sujeitos socioculturais, superando as velhas noções de estereótipos, visando compreender o

outro em sua singularidade, em sua diferença, enquanto indivíduo que traz consigo uma historicidade marcada por identidades próprias, de manifestações culturais próprias, de valores e sentimentos próprios, de hábitos e comportamentos próprios, sem homogeneizações. (DAYRELL, 1996).

Em suma, a gestão escolar deve estar atenta e voltada a quebrar os velhos paradigmas sociais marcados pelas supremacias identitárias e sociais, tendo como objetivo principal o de administrar suas relações de trabalho, identificando as individualidades de seus colaboradores e buscando implementar novos métodos de recrutamento e novas pedagogias, atendendo também a prática escolar de seus alunos multiculturais. Assim, a gestão de uma instituição escolar deve estar pronta a atender as necessidades de seu corpo discente e docente, fornecendo uma formação continuada a seus profissionais, se comprometendo com uma formação integral de seus alunos, coordenando e avaliando o contexto de seu ambiente escolar a partir de sua realidade sociocultural. (DINIZ, 2009).

## **Os Desafios dos Paradigmas da Diversidade**

Um dos desafios da instituição escolar em sua gestão é o “conhecer para atuar”. Ao pensar em uma gestão escolar, é preciso que as práticas sejam orientadas não mais para um único padrão de aluno, mas que se atente às diversas necessidades que se apresentam dentro do contexto multicultural de um ambiente escolar. Nesse sentido, é preciso, ao administrar uma instituição educacional, que se tenha um eficiente sistema de informações, o qual forneça todos os dados necessários para se efetivar as melhores medidas e práticas educacionais. Pois, “[...] qualquer decisão aparentemente administrativa tem consequências pedagógicas. [...] Precisamos pensar em sistemas mais modernos de gestão escolar, nos quais o diretor dispõe de um conjunto de informações organizadas e atualizadas de todas as atividades que se realizam na escola.” (ALONSO, 2004, p. 4). E não somente isso, mas que também a

escola como um todo seja um ambiente que se apodere das questões socioculturais heterogêneas.

A escola como ambiente sociocultural identitário e bastante heterogêneo, demanda que seus profissionais se apropriem dos conteúdos específicos relacionados às questões de gênero, identidade de gênero e sexualidade. Esses profissionais devem trabalhar com os educandos o tema da diversidade em suas variadas nuances de forma politizada, valorizadora e fundamentada fugindo de posturas empíricas e unilaterais que instiguem e/ou reforcem preconceitos e estereótipos. (SOUZA, 2015, p. 2).

É preciso pensar que a instituição educacional não pode atuar em sua gestão apenas com o conhecimento que se obtém a respeito dos alunos, dos conteúdos ou das pedagogias aplicáveis. O desempenho escolar é medido também pelas condições que cerceiam as práticas escolares, isto é, suas crenças, seus ideais, seus valores, suas culturas, são todos fatores ímpares na determinação do agir do profissional e do compromisso que os estudantes terão frente à educação. (ALONSO, 2004). Assim, a gestão de uma instituição escolar deverá observar tanto o processo sistêmico e, ao mesmo tempo, aberto de conhecimento e apropriação dos paradigmas socioculturais e de diversidade presentes, como também precisará compreender a forte determinação que o conjunto de seus valores, percepções e práticas podem ter em relação ao desempenho escolar.

Por outro lado, é preciso analisar também a diversidade no âmbito das tecnologias digitais e seus dilemas. Santos e Reis (2015) dissertam que, atualmente, ao se falar em escola inclusiva, é preciso pensar na presença dos alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE), os quais ocupam os ambientes escolares, entretanto, sem muitas possibilidades de desenvolvimento e aprendizagem adaptadas às suas necessidades. Desse modo, o resultado é que a inclusão se restringe somente ao âmbito da socialização, sem que realmente haja uma estrutura de prática pedagógica que fomente/estimule o aspecto cognitivo desses alunos. É nesse contexto que,

as TIC sendo utilizadas como recursos pedagógicos, é que promovem um novo sentido ao movimento inclusivo da escola; exercendo também a função de “[...] recursos pedagógicos promotores de uma aprendizagem mais significativa com foco no desenvolvimento de novas habilidades e competências.”. (SANTOS E REIS, 2015, p. 5317).

O que se vê, ao fim, é uma gestão escolar que se depara com a necessidade de atuar com a inclusão. É preciso que a organização esteja voltada a atender cada aluno em sua particularidade e individualidade, sem qualquer acepção ou dificuldade/impossibilidade de receber esse aluno, de modo que a escola garanta ações pedagógicas que contribuam para o processo de aprendizagem desses jovens estudantes, e que o aluno seja seu foco.

Escola inclusiva é aquela que garante a qualidade de ensino educacional a cada um de seus alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades. Assim, uma escola somente poderá ser considerada inclusiva quando estiver organizada para favorecer a cada aluno, independentemente de etnia, sexo, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação. (BRASIL, 2004, p. 8).

E para que a instituição possa alcançar essa prática inclusiva, é preciso que todos os agentes envolvidos no contexto educacional sejam responsáveis e participem desse processo. Perrenoud (2000), entretanto, aponta alguns percalços que dificultam essa participação coletiva e de sua efetivação como prática inclusiva, como uma administração limitada pela atuação político-administrativa de seus agentes, a dificuldade do exercício da comunicação para a resolução de problemas e também de cooperação em negociações, de flexibilidade em seus planejamentos, entre outros. E tais percalços só serão superados quando houver coesão política-administrativa das instituições educacionais para alterar essa estrutura estagnada e decadente, visando atender às necessidades de suas escolas e seus alunos.

Portanto, para que se possa construir uma escola inclusiva, é preciso que ocorra uma desconstrução de seus pilares estruturais, modificando suas ideias, seus valores, suas práticas, suas relações (tanto sociais quanto político-administrativas), desconstruindo suas referências pedagógicas, ampliando seus posicionamentos políticos e socioculturais. (JANOARIO, 2008). E também que “os ambientes educacionais precisam se reciclar e esquecer o modelo de escola onde só se usa a lousa e o giz, pois é inevitável a presença das tecnológicas dentro dos ambientes educacionais.”. (SANTOS E REIS, 2015, p. 5318). Só assim é que se poderá construir uma gestão educacional efetiva na inclusão das diversidades, isto é, desconstruindo para construir.

## **Considerações Finais**

Este trabalho visa reafirmar que só é possível uma gestão efetiva e inclusiva se ocorrer um processo misto de desconstruções, tanto de suas relações quanto de suas práticas e estruturas internas. Assim, será preciso pensar em práticas pedagógicas mais democráticas, com descentralizações de poder, atribuindo participação coletiva e promovendo conscientizações de caráter moral e ético de combate às intolerâncias e às discriminações às diferenças.

A reflexão que finaliza este trabalho é a que, ainda, a educação não está preparada para atuar em conjunto, em prol de todos, como um todo em um só. Suas estruturas ainda são de paternalistas políticos, são de poderes centralizados e autoritários, são de inflexibilidade e de imperialismo educacional. Ainda a gestão educacional enfrenta dilemas e dificuldades em atuar com autonomia e flexibilidade para atender às demandas da diversidade, e só poderá ser diferente quando tudo isso for desconstruído e reconstruído.

Em síntese, há muito o que se considerar a respeito da diversidade e suas implicações sócio-cultural-econômico-políticas dentro da sociedade e do espaço

escolar. É preciso que a instituição educacional se prepare para conhecer e se apropriar das forças culturais e de valores heterogêneos que se apresentam em sua prática social, adequando e reestruturando suas bases para ser capaz de lidar com as problemáticas ou particularidades que derivam de um contexto multicultural. E não somente as instituições educacionais, mas também as político-administrativas que atuam com um determinismo em suas políticas pedagógicas.

## **Referências**

ALONSO, M. **Gestão escolar: revendo conceitos**. São Paulo, SP: PUC-SP, 2004.

CANDAU, V. M. F. **Somos todos / as iguais? Escola, discriminação e educação em direitos humanos**. Rio de Janeiro, RJ: Lamp, 2012.

DAYRELL, J. **Múltiplos Olhares sobre Educação e Cultura**. Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG, 1996.

DINIZ, S. H. S. **Gestão escolar: uma questão paradigmática**. In: Campos, C. M, & Braz, M. M. A. *Gestão escolar: saber fazer*. Fortaleza, CE: UFC.

BRASIL, Ministério da Educação. **Educação Inclusiva: A escola**. Coordenação geral SEESP/MEC; organização. Maria Salete Fábio Aranha. Brasília, DF: Secretaria de Educação Especial, 2004.

FLEURY, M. T. L. **Gerenciando a diversidade cultural: experiências de empresas brasileiras**. In: *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, SP: Editora Atlas, 2000.

JANOARIO, R. S. **Gestão multicultural em educação**. (Dissertação de Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ, 2008.

PERRENOUD, P. **Novas competências para ensinar**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas Sul, 2000.

SANTOS, T. P., & REIS, M. B. F. **Educando na diversidade: o uso das tecnologias e a inclusão escolar**. In: XII Congresso Nacional de Educação (EDUCERE). Curitiba, PR: Anais do XII Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, 2015.

SOUZA, H. H. **Formação continuada em gênero e sexualidade para a rede estadual de ensino do ceará.** Anais II CONEDU. [online] Campina Grande, PB: Realize Editora, 2015, (v. 1). (p. 5312-5326). Disponível em: <<https://www.editora-realize.com.br/artigo/visualizar/16048>>. [Acesso em: 17/11/2021].

# CAPÍTULO 3

## **DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO CONTEXTO ATUAL**

*Doi: 10.48209/978-65-5417-014-3*

*Juçara Aguiar Guimarães Silva*

*Júlio César Lopes de Oliveira*

*Leandro Menezes da Silva*

*Michely Queiroz de Lima Menezes*

*Regina Claudia Medeiros dos Santos*

*Vanessa Vasconcelos Lima*

### **Introdução**

Para desenvolver a diversidade, seja na escola ou em qualquer lugar em que a esteja presente, não é tarefa fácil, sendo algo complexo, amplo. Exige comprometimento e responsabilidade por parte de todos, devido nossas diferenças e as diversas culturas, raças e religiões nas quais estão presentes no nosso dia a dia, se faz necessário à construção do respeito mútuo, com o intuito de proporcionar um ambiente favorável e agradável para todos, onde todas as diferenças são democraticamente

respeitadas, desta forma, se tem um ambiente que trabalhe respeitando a diversidade torna um lugar privilegiado com base nas relações humanas, viabilizando não só a produção do saber como também de atitudes abrangentes, formando sujeitos participativos, reflexivos e criativos. Metodologicamente, este texto é de natureza básica descritiva com abordagem qualitativa e pautou-se em revisão de literatura fundamentada em artigos de periódicos e em obras.

Para tanto, é necessário antes de tudo, fazer uma breve descrição sobre o vasto campo da diversidade, sobre as suas divergências e conquistas.

O campo de estudo da diversidade é caracterizado por tensões, consensos pontuais, e divergências e conquistas legais constituindo um cenário em constante transformação, marcado por lutas e reivindicações, tanto do ponto de vista teórico quanto da prática social, a exemplo das políticas públicas educacionais voltadas para o reconhecimento e visibilidade das agendas de reivindicações de sujeitos e movimentos diversos, cujas dimensões exigiram novos arranjos institucionais no Ministério da Educação – MEC. (ALMEIDA, 2021)

Possibilitando a participação e a inclusão de um espaço igualitário para todos que estão inseridos, desta forma favorece um ambiente onde todos irão ser os próprios construtores de seu conhecimento e cooperando para o crescimento e autonomia contribuindo para a construção de uma educação no qual todos possam desenvolver-se como sujeitos autônomos, sendo reflexivo dos seus atos, buscando uma educação que viabilize o crescimento individual.

Para alcançar esse objetivo, é preciso que todos façam parte e devam estar dispostos a novas práticas e novas mudanças. Sabemos que respeitar e entender é um processo desafiador e árduo que se constrói a cada dia. Todos que estão inseridos precisam estar ciente de que não pode gerir o ambiente sem respeitar as singularidades e opiniões de cada um, contemplando com a participação de todos, desta forma irá proporcionar um ambiente igualitário, satisfatório, respeitando todos em suas diferenças e suas aptidões.

## **Diversidade na Educação**

É notório que para o ambiente de trabalho ter êxito se faz necessário respeitar as pessoas e suas diferenças procurando meios que despertem na sociedade a vontade de opinar, elencar sua opinião, seus desejos e anseios, promovendo um ambiente escolar com participação e colaboração de todos. Somos seres pensantes capazes de opinar e gerir conhecimentos, para tanto se faz de sua importância tornar um ambiente democrático e igualitário para todos que estejam envolvidos. É unânime que, para construir um espaço onde todos busquem alcançar o mesmo objetivo, se faz necessário ampliar algumas competências que são corriqueiras do dia-a-dia, mas que são importantes e ao mesmo tempo complexas de realizar, como saber ouvir e levar em consideração ao que foi dito, escutar opiniões, ser aberto e flexível à contribuição de todos, partilharem ideias, entre outros. Com essas atitudes, o âmbito de trabalho tende a ganhar, pois todos os profissionais sentem-se valorizados, reconhecidos e são estimulados a buscar um ensino de qualidade. Essa desenvoltura é indispensável para garantir um ambiente de trabalho satisfatório. Segundo Paro (1997).

Cabe aos profissionais da educação fazerem valer o seu papel de educador, dando ênfase a um ensino mais democrático, com diálogos abertos, com informações que provoquem reflexões a respeito dos fatos sociais existentes. É importante que se trabalhe sempre com o concreto, assim o educando se sentirá estimulado a criar situações como todo o processo democrático, que é um caminho que se faz ao caminhar, o que não elimina a necessidade de refletir previamente a respeito dos obstáculos e potencialidades que a realidade apresenta para a ação (PARO 1997, p. 17).

Em suma a proposta da diversidade que levantamos ressalta a real importância do respeito e da participação de todos no contexto em que estão envolvidos, como uma instituição social, tendo como princípio formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, dando oportunidade de participação a sua comunidade, levantando mudanças favoráveis a sua estrutura, gerando uma participação efetiva da sociedade em todos os processos educacionais, integrando sociedade e escola.

Se faz necessário apresentar aos indivíduos que a diversidade pode ser construída e efetivada em uma sociedade, para isso é necessário preparar as novas gerações para desempenhar um papel que respeite o próximo. Gerir a diversidade, mediante a promoção e garantia da igualdade e da justiça, não é simplesmente “algo bom”, mas sim uma condição indispensável num mundo em constante transformação e cada vez mais complexo (UNIÃO EUROPEIA, 2009, p. 2).

Refletir sobre a diversidade, como a escola trabalha e qual são as propostas curriculares para este desafio? A questão que se coloca é a importância de se entender a relação cultura e educação. De um lado, está a educação e do outro a ideia de cultura enquanto lugar, a fonte de que se nutre o processo educacional para formar pessoas conscientes.

O gestor precisa desenvolver um ambiente que procura atender a diversidade. “A defesa da diversidade implica o compromisso de respeitar os direitos humanos e as liberdades fundamentais, em particular, os direitos das pessoas que pertencem a minorias e os povos autóctones” (UNESCO, 2002, p. 3). Por isso, seja na escola ou qualquer ambiente de trabalho faz necessário estimular as diferenças e dar significados para oportunizar e produzir saberes em diferentes níveis de aprendizagens, as diferenças fazem parte de um processo social.

A diversidade está presente diariamente no contexto escolar, expressando-se entre inúmeras atividades em nosso cotidiano, por isso, a escola deve propor a apropriação política do conhecimento científico e da cultura em geral não perdendo de vista o aspecto fundamental, ou seja, a noção de que o conhecimento não constitui uma série de informações técnicas a serem aprendidas pelos alunos, mas de construção de saberes. Nessa perspectiva, se abre um leque de possibilidades, pois, o saber dos alunados designa muitas formas de conhecimentos, expressas nas criações culturais dos diversos grupos vivendo em coletividade.

Vale salientar que a educação deve proporcionar uma nova forma de dinamizar as diferentes relações buscando meios para vivenciar num ambiente participativo e democrático, onde todos possam buscar meios para entender e compreender as diferenças de cada um. A escola, por sua vez, não deve ser instrumento de homogeneização, mas a formação de sujeitos conscientes, centrados e autônomos em suas diferenças.

Existem muitas leis, normas, diretrizes e convenções nacionais e internacionais que sustentam e preceituam a educação em sua totalidade como fator preponderante para o desenvolvimento tecnológico, pacífico e humanístico da sociedade em suas diferentes e diversas formas de sobrevivência. (XAVIER, VASCONCELOS, XAVIER, 2018)

A escola é de natureza intercultural um ambiente onde estamos em constantes aprendizagens, aprendemos a conviver com outros que estão ao nosso redor, respeitando suas singularidades seu modo de ser agir e pensar. Nessa totalidade, nos enquanto sujeitos somos levado a incluir no ambiente escolar como um espaço de relações, favorecendo o reconhecimento da flexibilidade dos fenômenos humanos e culturais.

[...] sem esta base concreta e abstrata, ao mesmo tempo do reconhecimento da igualdade, qualquer diferença apontada como substantiva pode gerir em princípio hierárquico superior dos que não comungam da mesma diferença. Em nossos dias a negação de categorias universais, porque tidas como históricas ou totalitárias tem dado lugar a uma absolutização do princípio do pequeno, da subjetividade, do privado, da diferença. E isso torna mais problemático o caminho de uma sociedade menos desigual e mais justa (CURY, 2002, p. 256).

Para tanto, toda gestão deve buscar a participação de todos no contexto escolar. É necessário viver a democracia dentro da escola e preparar as novas gerações para desempenhar um papel verdadeiramente democrático. Segundo Dalmás (1994).

Para desencadear uma ação educativa participativa, o grupo abre-se ao diálogo, à comunicação, entra em “contato” com a outra pessoa, só o conseguindo no diálogo, na empatia. O homem ser de relações tem na

convivência e no relacionamento elementos para seu crescimento pessoal (DALMÁS, 1994, p. 40)

É imprescindível abranger a participação dos alunos em processos decisórios na escola, onde visa a sua inserção em uma ordem democrática. Para conquistar essa autonomia, o indivíduo precisa estar capacitado para tomar decisões, construir suas regras, refletir sobre as consequências de suas ações e assumir suas responsabilidades.

É necessário abrangermos conteúdos e temas como solidariedade, justiça e ética, para que possamos formar alunos que se apropriam e participam na vida escolar, onde devem ser incentivados pelos educadores criando um espaço democrático, do qual emergem as características de uma cidadania plena. Os educadores devem sempre estar atentos a coerência entre o discurso e a ação; respeitar para ser respeitado, assumir e cumprir suas responsabilidades como forma de compartilhar com os estudantes a importância dessas atitudes.

Portanto, para se construir um ambiente onde se trabalha com a diversidade se faz necessário enfrentar muitos desafios, tendo coragem, paciência e perseverança para seguir em frente, buscando se apoiar nas metas e objetivos propostos pela unidade de ensino, contando sempre com a participação e interação de todos os membros da instituição.

As dificuldades para a realização de um ideal igualitário e universalista nesta sociedade, sobretudo pelo Estado do bem-estar social, deram margem à defesa política da diferença. Assim, cabe ressaltar que a defesa da diferença expressa uma particularidade de nossa época histórica. Segundo *Eagleton* (1998, p. 119), “na situação específica do Ocidente [...] os grupos vituperados e humilhados estão começando a recuperar um pouco de sua história e individualidade. Esse aspecto [...] constitui sua conquista mais preciosa”.

Desta forma irá direcionar para um norte onde a inclusão social escolar, as gestões da diversidade e da democracia caminham juntas e prol de um ambiente mais igualitário.

A política do multiculturalismo e da interculturalidade foi adotada pelas concepções de educação que imputam à escola o caráter de promotora da igualdade omitindo as questões reais de exclusão social e, ideologicamente, quer fazer acreditar que, frequentando a escola, dialogando e aprendendo a conviver com a diversidade, os pobres terão suas vidas transformadas na medida em que está lhe abrir a porta de acesso ao mundo de produção de rendas (FAUSTINO, 2006, p. 104).

Pontos relacionados à diversidade estão cada dia a mais tomando espaço na sociedade contemporânea, diante desse cenário, temos que criar discussões pertinentes para trabalharmos não só na escola, mas como toda comunidade local. É sabido que temos dificuldades a serem sanadas, pois, estamos inseridos no mundo globalizado onde estamos cercados por culturas, raças e etnias diferenciadas.

Também se faz de suma acuidade abranger o tema das novas tecnologias de informação e comunicação, que estão presentes no cotidiano da sociedade contemporânea e a escola não pode mais evitar sua presença. As novas gerações acabam demonstrando mais facilidade e interesse no uso das TICS, justamente pelo fato de ter nascido neste mundo tecnológico e desde cedo ter acesso a estes recursos. Vale salientar a real importância de se usar os meios tecnológicos ao seu favor.

## **A Presença da Tecnologia**

As tecnologias, na escola, trazem exemplos práticos e didáticos de teorias através de vídeos, imagens e aplicativos a serem usados no dia-a-dia, sendo uma ferramenta facilitadora do trabalho em sala de aula e, por isso, devem ser otimizados pelos educadores. Da mesma forma que um professor para ensinar a ler, precisa saber ler, com as tecnologias não é diferente. Para tanto, se faz de suma importância adotar

na escola, meios tecnológicos que sejam utilizados a favor de uma educação mais igualitária que possa utilizar meios e subsídios para despertar no alunado o gosto e o interesse.

É evidente a presença de crianças procedentes de várias localidades e cada uma carrega consigo as qualidades particulares de suas respectivas culturas. Esse fato modifica as relações dentro do contexto educacional e a escola, bem como, os professores e os gestores precisam estar preparados e buscar cada vez mais se adaptar para trabalhar, de forma diversificada, abrangendo essas novas culturas e respeitando a singularidade.

## **Considerações Finais**

As discussões nos permitiram aprofundar cada vez mais na questão da diversidade cultural, que por sua vez possui um papel fundamental sendo merecedor de mais atenção. De acordo com os textos lidos e problematizados, compreendemos que pluralidade cultural deve se relacionar com as possibilidades de interação. A socialização de conhecimentos é tarefa primordial, devemos buscar estratégias metodológicas que subsidie novos saberes e respeito ao próximo buscando abranger toda comunidade.

Desta forma, a escola deve contemplar conteúdos e estratégias de aprendizagens que capacitem os alunos para exercerem a sua cidadania. Desse modo se necessário que a escola promova mudanças no seu processo de ensinar e aprender, reconhecendo e valorizando o potencial de cada aluno, respeitando a individualidade e o mundo o que cerca, buscando meios para trabalhar esses mecanismos com toda a escola, reconhecendo cada aluno como sujeito único e construtivo.

## **Referências**

ALMEIDA, FLÁVIO APARECIDO DE. **Diversidade na Escola: Promovendo a Igualdade e a Democracia.** In: Flávio Aparecido de Almeida. (Org.). **POLÍTICAS PÚBLICAS, EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE: UMA COMPREENSÃO CIENTÍFICA DO REAL - VOLUME 2.** 1ed. Guarujá: Editora Científica Digital, 2021, v. 2, p. 162-171

THOMPSON, J. B. (1998) **Ideologia E Cultura Moderna: Teoria Social Crítica Na Era Dos meios de comunicação de massa.** Petrópolis: Vozes.

DALMÁS, A (1994). **Planejamento Participativo Na Escola. Elaboração, acompanhamento e avaliação.** Petrópolis: Vozes.

FAUSTINO, R. C. (2006). **Política Educacional Nos Anos De 1990: O Multiculturalismo E a interculturalidade na educação escolar indígena.** 2006. 334f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

EAGLETON, T. (1998). **As ilusões do pós-modernismo.** Eagleton, Terry. As ilusões do Pós-modernismo. Trad. Elisabeth Barbosa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.1998. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

XAVIER, Antônio Roberto; VASCONCELOS, José Gerardo; XAVIER, Maria Raveli Cordeiro. **Direitos humanos, educação inclusiva e diversidade.** 2018.

# CAPÍTULO 4

## **DIVERSIDADES, DIREITOS, TECNOLOGIAS E EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE INCLUSIVA**

*Doi: 10.48209/978-65-5417-014-4*

*Gabriela Soares Balestero*

*Patrícia Vieira*

### **Introdução**

Um dos principais desafios do mundo contemporâneo é a convivência pacífica entre toda a sociedade, não importando a etnia, gênero, classe social ou orientação sexual, devendo o respeito prevalecer para que todos tenham direitos iguais, e mais ainda, que haja a prática efetiva da empatia e da alteridade no ambiente escolar.

Neste ínterim, verifica-se a intensificação da discussão acerca do respeito pelas diferenças e que acabam adentrando na seara da educação, visto que a escola é composta por uma comunidade heterogênea, oriundos de diversos grupos sociais, sendo uma de suas funções a formação de cidadãos críticos e com responsabilidade social, devendo a gestão escolar ter um papel de destaque ao pensar em estratégias que busquem a valorização das diferenças, primando pelo respeito e a equidade en-

tre todos para que de fato se promova uma gestão democrática como preceitua a Constituição Federal de 1988 bem como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e no Plano Nacional da Educação.

A gestão democrática é o modelo obrigatório de gestão nas escolas públicas e prevê a participação de toda a comunidade escolar na tomada das decisões. A diversidade encontrada na escola, seja ela de alunos, colaboradores bem como de todos que fazem parte do círculo escolar, acaba por promover a ampliação dos debates na busca de soluções para problemas enfrentados no dia a dia, ao passo que cada pessoa carrega dentro de si bagagens distintas que são frutos de suas experiências.

Além disso, a sociedade passa por diversas transformações, positivas e negativas, onde a comunicação está no auge permeando toda a sociedade e sendo parte essencial do processo de socialização de todos os indivíduos, inclusive no ambiente educacional. Aprender a viver em um ambiente de diversidade é um dos principais desafios do mundo contemporâneo - e, portanto, da Educação.

Sendo assim, as novas tecnologias de informação e comunicação (TICS) juntamente com a ampliação da diversidade humana existente em nossas sociedades, são vetores importantes na transformação social e, portanto, a educação é um campo onde são necessárias mudanças que considerem essas transformações e reconheçam as diferenças.

Sabe-se que a ideia básica da gestão da diversidade em qualquer instituição é a necessidade da prática do respeito, da empatia, da inclusão e do reconhecimento de modo que um ambiente produtivo efetivamente ocorra, onde todos se sintam valorizados e os talentos sejam utilizados em plenitude realmente exista. Somente assim, as finalidades plenas daquela instituição educacional conseguirão ser atingidas.

Nesse passo, ao longo da vida escolar, os educandos se deparam com todo tipo de diferença: de gênero, raça, valores, religião, expressão da sexualidade, ritmos

de aprendizagem, configurações familiares etc. Portanto, quando falamos em diversidade não ressaltamos somente diferenças étnicas, mas também em relação a gênero, classe social e orientação sexual, sendo um dos principais desafios do mundo contemporâneo.

Diante dessa realidade, nós, educadores, pregamos o discurso da prática da empatia, da alteridade e do reconhecimento de Direitos Humanos, como essenciais na sociedade como um todo, e, portanto, na vivência educacional. Portanto, analisar a inclusão educacional, o reconhecimento da diversidade, juntamente com a adoção de metodologias ativas que incluam as tecnologias de informação e comunicação (TICS), respeitando as diferenças, no meio escolar é de suma importância para uma educação de qualidade.

## **Normativos legais**

A Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação preconizam a gestão democrática escolar como modelo de organização que conta com a participação efetiva de toda a comunidade escolar, onde os gestores:

Orientados pelos instrumentos jurídicos podem implementar diversas estratégias para gerenciar os conflitos oriundos da diversidade escolar. As escolas recebem discentes de sexos, religião, raças, classes sociais, localidades, visões de mundo diferentes que são confrontados no mesmo espaço com as experiências escolares. Normalmente, estas diferenças criam elos entre os discentes, mas também proporcionam diversos conflitos, os quais devem ter uma atenção especial da escola. (BRAZ; PRADO, 2020, p. 8).

A Constituição Federal de 1988 traz em seu bojo diversos artigos que garantem a pluralidade de ideias e manifestações culturais bem como o respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais, como salienta Cury (2005, p.30):

Art. 206, o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas. O art. 210, refere-se ao currículo, cujo qual pede respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. Do capítulo reservado à cultura, o art. 215 afirma que o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais

e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Ademais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação trata sobre a diversidade em diversas passagens, como no artigo 3º, que traz entre os princípios do ensino a consideração com a diversidade étnico-racial, o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, o respeito à liberdade e apreço à tolerância e, também, o respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva, este último princípio incluído pela Lei 14.191 de 2021.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação também aponta em seu artigo 26 que os currículos nacionais devem ter como ponto de partida a Base Nacional Comum Curricular, conhecida como BNCC, sendo complementada em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma base diversificada, levando em consideração as características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos, priorizando a diversidade dos estudantes de nosso país.

A partir dos novos marcos legais, tais como a CF de 1988, a LDB nº. 9394/1996 e os PNEs, entre outros documentos, temas como a diversidade e a inclusão passaram a fazer parte das ações desenvolvidas pelo governo brasileiro, mediante as políticas compensatórias e ações afirmativas voltadas para atendimento das camadas populacionais historicamente excluídas, sob o argumento da necessidade de compensar ou reparar direitos negados no passado. (LIMA; CARDOZO, 2018, p. 97).

A gestão democrática foi incorporada pela Constituição Federal de 1988 bem como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e no Plano Nacional da Educação, sendo o modelo obrigatório de gestão nas escolas públicas, onde prevê a participação de toda a comunidade escolar na tomada das decisões, ou seja, o poder é descentralizado não ficando na mão somente do diretor da escola.

## **Gestão da Diversidade no campo educacional e TICS.**

Falar em diversidade implica em dissertarmos sobre grupos minoritários e o preconceito que sofrem em nossa sociedade e não seria diferente no ambiente escolar. Inicialmente, vale destacar que a denominação minorias não está relacionada com a qualquer quantidade numérica e sim com um grupo de pessoas que se diferenciam da maioria, seja em virtude de algumas particularidades religiosas, étnicas ou grupos de pessoas com desejos em oposição aos da maior quantidade numérica. Ademais, o termo minorias também pode se referir a determinados grupos que não estão no poder ou que não possuem mecanismos democráticos de acesso ao poder ou de serem ouvidos por aqueles que detêm o poder. Portanto, é na manifestação de características discrepantes em quesitos tão primordiais à identidade e à virtual unidade de um povo – sua origem étnica, sua orientação religiosa e sua uniformidade linguística; elementos que o constituem como ente singular em relação aos demais povos do mundo –, que uma minoria destaca-se e torna-se visível dentre a totalidade da população (ANJOS, 2009).

Ademais, o conceito de minorias está diretamente relacionado com a subjugação, ou seja, sempre que houver exclusão ou subjugação<sup>1</sup> de um grupo em face da sociedade. De igual modo, vincula-se também ao critério numérico e às particularidades e diferenças na sociedade a que pertencem.

---

1 “Um grupo numericamente inferior, possuidor de características étnicas, religiosas ou linguísticas peculiares, as quais deseja preservar – essa combinação de elementos encontra na ideia de subjugação o complemento necessário à definição de minorias. De fato, é a constatação de que uma parcela étnica, religiosa ou linguisticamente diferenciada da população de um país está submetida a algum tipo de dominação política por parte do grupo majoritário o dado que aperfeiçoa a conceituação de minoria, dando-lhe um significado mais socialmente relevante, uma vez que é o que estabelece a real problemática do assunto. Exatamente: a importância da atenção ao tema das minorias não decorre da simples manifestação da diversidade representada pelas minorias existentes numa população; essa importância reside precisamente na ênfase conferida pelos estudiosos à situação de submissão dos integrantes do grupo minoritário aos desígnios da maioria. Neste contexto, é precisamente por se evidenciar a posição não dominante das minorias que se oferece a motivação para que se procure garantir a proteção das mesmas” (Cláudia Giovannetti Pereira dos ANJOS, 2009, p. 332).

A expressão grupos vulneráveis estaria ligada à questão de poder perante a sociedade e à exclusão social como a que ocorre com os idosos, os deficientes, as crianças, os homoafetivos e as mulheres.

Nesse sentido, as mulheres podem ser consideradas um grupo minoritário diante da relação de subjugação, sendo submetidas à dominação política predominantemente masculina e, ao mesmo tempo, um grupo vulnerável, sujeito à exclusão social.

Inicialmente, o modelo neoliberal tentou impor uma igualdade formal para tentar garantir à mulher iguais chances e acesso ao mercado de trabalho, ao prestígio social e ao poder político. Contudo, tal igualdade, pregada de modo formal, infelizmente ainda não ocorre. Tal situação pode ser percebida pelo grande número de mulheres nas faixas salariais mais baixas, gerando uma nova forma de discriminação, ou seja, a existência de obstáculos à figura feminina no acesso a melhores salários e cargos. Portanto, é necessária uma mudança na compreensão paradigmática do direito.

A proteção contra a obstrução não basta; a correção das desigualdades devidas à diferença de peso social é exigida pela regra de justiça. A tolerância assume então um sentido positivo: à abstenção acrescenta-se o reconhecimento do direito de existência das diferenças e do direito às condições materiais de exercício de sua livre expressão (RICOEUR, 1995). E, lamentavelmente, as desigualdades também existem no ambiente escolar.

Sendo assim, podemos verificar que para o gerenciamento adequado da diversidade na gestão educacional é necessário o conhecimento da legislação pertinente, cooperação, a prática da empatia, da alteridade dentro da instituição de ensino. Destacamos que na maioria dos países, existem diversas leis para garantir o respeito e

efetividade dos direitos humanos, como igualdade, não discriminação e dignidade da pessoa humana. Todavia, a não observância de leis que justamente visem garantir que as pessoas não sejam discriminadas em razão do gênero, da religião e da idade pode gerar a judicialização dessas questões em face das instituições educacionais.

Com a democratização do ensino e as novas oportunidades surgidas com o ensino houve também a emancipação do indivíduo no contexto social, a partir do momento em que os meios digitais possibilitaram a democratização do aprendizado, mas também favoreceram a produção de conhecimento individual e coletivo, através de ambientes interativos de aprendizagem, integrando pessoas, integrando diversidades. Sendo assim, o ambiente escolar não deve ser um “sistema fechado” e sim se abrir e “rever conceitos” (ALONSO, 2004).

A escola acaba por reproduzir as desigualdades presentes na sociedade, sendo de suma importância que os gestores busquem meios para mediar este problema, devendo adotar estratégias para a resolução dos possíveis conflitos gerados através das relações entre os diferentes. (BRAZ; PRADO, 2020).

A escola é um ambiente multicultural, diversificado, que atende um público com objetivos, ideologias e necessidades diferenciadas. Enfim, essa é uma característica própria, que acolhe indivíduos com aspectos múltiplos, sejam religiosos, políticos, sociais, entre muitos outros. A escola é responsável pela transformação do indivíduo, o que corresponde a um conjunto de alterações comportamentais que se tem por aprendizagem. (Neto et al., 2018, p. 87).

Desta forma, cabe à gestão escolar pensar em estratégias que busquem a valorização das diferenças, primando pelo respeito e a equidade entre todos, para que de fato se promova uma gestão democrática.

## **Desafios da Diversidade e das novas tecnologias no contexto escolar**

A sociedade passa por diversas transformações, e o respeito às diversidades é pauta fundamental nesse mundo em constante modificação. Esta frase reflete a problemática existente: “Educar sem discriminar é uma tarefa difícil, pois muitos preconceitos e estereótipos ainda estão enraizados nas pessoas, tendo em vista os modelos culturais que lhe são impostos” (PESSANHA, TRINDADE e OLIVEIRA, 2002).

Sabemos que a escola é um espaço sociocultural onde as diferentes presenças, ou seja, as diversidades se encontram. Mas será que efetivamente essas “diferenças” têm sido respeitadas nas escolas? Há dificuldades em lidar com a diversidade na escola e, ao invés de produzir resultados positivos, pode gerar problemas e dificuldades. Na sociedade contemporânea existe uma multiplicidade de culturas e trabalhar em sala de aula as pluralidades e diversidades não é uma tarefa fácil.

A diversidade encontrada no ambiente escolar seja ela de alunos, colaboradores bem como de todos que fazem parte do ambiente escolar, acaba por promover a ampliação dos debates na busca de soluções para problemas enfrentados no dia a dia, ao passo que cada pessoa carrega dentro de si bagagens distintas que são frutos de suas experiências. Essas diferenças acabam por trazer obstáculos para o desenvolvimento das aulas e planejamento escolar, pois a escola contemporânea comporta estudantes de diversos perfis. “Tal demanda exige da escola uma reformulação e inovação em todo o seu sistema, com estratégias de ensino que possibilitem atender a todos os indivíduos.” (Neto et al., 2018, p. 82).

Tal complexidade evidencia a necessidade de se promover uma educação que ultrapasse o etnocentrismo sociocultural e rompa, assim, com a exclusão dos grupos sociais que não se enquadram nos grupos dominantes. Consoante o entendimento

de Moreira (2004) podemos dizer que a escola muitas vezes se esquece ou até mesmo ignora o conhecimento e experiências diversas de divergentes grupos sociais, ou seja, indivíduos que possuem padrões culturais que não seriam correspondentes aos moldes de uma cultura dita majoritária.

Sendo assim, há uma dificuldade do reconhecimento das diversas culturas tanto pela população de modo geral quanto pela própria instituição escolar, que, de certa maneira possuem uma concepção universalista do que seria cultura (balizadas nos padrões hegemônicos de cultura).

As instituições escolares ainda seguem a linha weberiana, ou seja, instituições que têm por escopo moldar os comportamentos das crianças e adolescentes, induzindo a seguirem determinados padrões de comportamentos. Segundo Moreira (2004) as políticas educacionais governamentais e institucionais são ainda permeadas e respaldadas pela ideologia de uma cultura homogênea, onde a educação teria como único ponto principal a formação de cidadãos que somente cumprem deveres, partilham os mesmos objetivos e uma única identidade, ou seja, a nacional.

Marilena Chauí conceitua a cultura com as seguintes palavras (2000, p. 295): “[...] a cultura é a maneira pela qual os humanos se humanizam por meio de práticas que criam a existência social, econômica, política, religiosa, intelectual e artística”. Baseado no entendimento da autora, a cultura, portanto, não pertenceria a somente um grupo social dominante e sim estaria presente nos mais diversos grupos sociais e também nas individualidades das pessoas. Todos nós somos portadores de cultura, visto que carregamos conosco crenças, valores, costumes, tradições, sabedorias, visões do mundo particulares, que são transmitidos no seio familiar, que é o nosso grupo de socialização primário, e mais ainda, que carregamos ao longo de gerações.

Além disso, as desigualdades sociais devem ser analisadas, inclusive em relação às dificuldades de acesso ao uso das TICs por alunos hipossuficientes. Sendo assim,

o professor e a gestão escolar devem observar as realidades divergentes e adaptar suas práticas metodológicas de acordo com as necessidades e possibilidades dos estudantes.

A utilização da tecnologia se mostra de suma importância para uma melhor gestão da diversidade, criando soluções para a inclusão da comunidade escolar, como por exemplo, a utilização de softwares para alunos com deficiência, implementando um sistema educacional inclusivo e, segundo Giroto et al. (2012, p. 17), a utilização das tecnologias “possibilitam o acesso às informações, acesso aos conteúdos curriculares, bem como a organização diferenciada das atividades de forma a atender as condições e características do aluno, ou seja, às suas especificidades”.

Todavia, com relação as diferenças sócio econômicas encontradas na escola, a tecnologia muitas vezes acaba por se tornar um empecilho para uma maior gestão da diversidade, aumentando a discriminação, ao passo que muitos alunos não possuem acesso aos meios tecnológicos, ficando ainda mais nítido com a pandemia, onde ocorreu um distanciamento considerável do ensino ministrado pelas escolas públicas se comparado com o ensino das escolas particulares.

Sendo assim, ao utilizar as tecnologias de informação e comunicação, as diversidades devem ser observadas pela comunidade escolar, gestores e docentes. Assim, a escola e as demais instituições de ensino da atualidade não podem ser indiferentes às diversidades e às possibilidades de uso do computador e principalmente da internet nos processos pedagógicos de ensino.

## **Considerações Finais**

A gestão da diversidade infere que é de suma importância o respeito a diversidade de toda e qualquer organização, seja ela empresarial como também escolar, fazendo com que todos se sintam valorizados, uma vez que esses ambientes são

formados por pessoas heterogêneas nas suas etnias, culturas, classes sociais, entre outros, devendo haver a valorização das suas individualidades em busca de objetivos comuns, uma vez que cada pessoa traz bagagens distintas.

A escola, entre outras funções, assume o compromisso da formação de cidadãos críticos, onde tudo que é ensinado trará reflexos no seu convívio com seus pares, sendo de suma importância a presença da gestão da diversidade nas escolas, primando o respeito entre toda a comunidade escolar, trazendo um sentimento de pertencimento a todos e a gestão democrática vem de encontro a essa ideia ao tratar toda a comunidade escolar de forma igualitária, onde todos os envolvidos participam das decisões, não importando suas origens étnicas ou sociais.

No presente estudo conclui-se que na educação há a necessidade da adoção de uma postura positiva e interdisciplinar em relação à tecnologia, respeitando as diversidades. Tudo isso é possível com a adoção de novos sentidos para a metodologia docente, respeitando as diversidades e ao mesmo tempo integrando metodologias ativas às atividades educacionais, gestoras e docentes.

Sabemos que pensar a escola na sociedade do conhecimento pressupõe a elaboração de um novo padrão educacional utilizando as tecnologias como metodologias ativas essenciais ao aprendizado do educando. Nesta seleção, as equipes pedagógica e docente devem estar envolvidas no sentido de conduzir esse processo de ensino e aprendizagem para um resultado satisfatório, respeitando as diversidades.

A tecnologia se mostra de grande valia no tocante ao respeito à diversidade encontrada na escola, por exemplo, no caso da utilização de softwares e tecnologias para alunos deficientes que frequentam a educação regular, como o caso da impressora em braile. Todavia, ao mesmo tempo em que se mostra benéfica, a tecnologia pode se tornar um empecilho para uma gestão de diversidade ao distanciar ainda mais a qualidade de ensino ofertada para alunos de classes sociais diferentes, sendo um desafio encontrado para garantir o respeito e a igualdade entre todos.

Portanto, a diversificação das sociedades, a comunicação presencial e à distância usando as TICs, a universalização dos Direitos Humanos e a incorporação no meio educacional, requer que o professor e a gestão educacional sejam flexíveis no sentido de se adequar às realidades sociais existentes. Sendo assim, flexibilizar o currículo em algumas situações é necessária para se adequar às necessidades do aluno, respeitando as suas individualidades e diferenças e possibilitando o avanço na aprendizagem dos alunos.

Essa educação é essencial no mundo atual, no qual o corpo discente é cada vez mais diversificado e os professores devem estar preparados para trabalhar com todos. A educação deve ser multicultural e as instituições devem se adequar a fim de que alunos de qualquer classe social, raça ou etnia tenham igualdade educativa.

## **Referências**

ALONSO, M. **Gestão escolar: revendo conceitos**. São Paulo, PUC-SP, 2004.

ANJOS, Cláudia Giovannetti Pereira dos. **O Supremo Tribunal Federal e a proteção às minorias**. In: AMARAL JUNIOR, Alberto; JUBILUT, Liliana Lyra. (Org.). *O STF e o Direito Internacional dos Direitos Humanos*. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Brasília, Congresso Nacional, (1996).

BULGARELLI, Reinaldo S. **Diversidade cultural**. 2008. Disponível em: . Acesso em 20 de setembro de 2015.

BRAZ, M. M. A. & PRADO, A. I. S. (2020). **Gestão da diversidade no cotidiano escolar**. *Brazilian Journal of Development*. Curitiba. Vol. 6. n. 8, p. 62584-62607 . Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/15679/12895>. [Acessado em 28 de novembro de 2021].

CARDOSO, Carlos. Os desafios da diversidade e das novas tecnologias. A página da **Educação**. Portugal. Disponível em: <https://www.apagina.pt/?aba=7&cat=107&doc=8565&mi%20d=2>. Acesso em: 1 nov. 2021.

CARVALHO, E. J. G. (2011). **Diversidade cultural: novos desafios para a gestão escolar. 25º Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação.** São Paulo (SP). Disponível em: <https://anpae.org.br/simpósio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0171.pdf>. [Acessado em 13 de novembro de 2021]

CHAUÍ, Marilena. **Convite a Filosofia.** 12. ed. São Paulo: Ática, 2000.

CURY, C. R. J. (2005). **Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 116, p. 245-262.

GIROTO, C. R. M., POKER, R. B. & OMOTE, S. (2012). **As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas.** São Paulo: Cultura Acadêmica.

LIMA, F. C. S. & CARDOZO, M. J. P. B. (2018). **Diversidade e gestão democrática no contexto educacional.** Revista Exitus. Santarém (PA). Vol. 8, nº 1.

MOREIRA, Marta, Cândido. **Diversidade cultural e formação de professores/as: uma experiência em um assentamento rural.** Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade de Uberaba, 2004, 186 p.

NETO, A. O. S. et al. (2018). **Educação inclusiva: uma escola para todos.** Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 31, n. 60, p. 81-92. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/24091/pdf>. [Acessado em 28 de novembro de 2021].

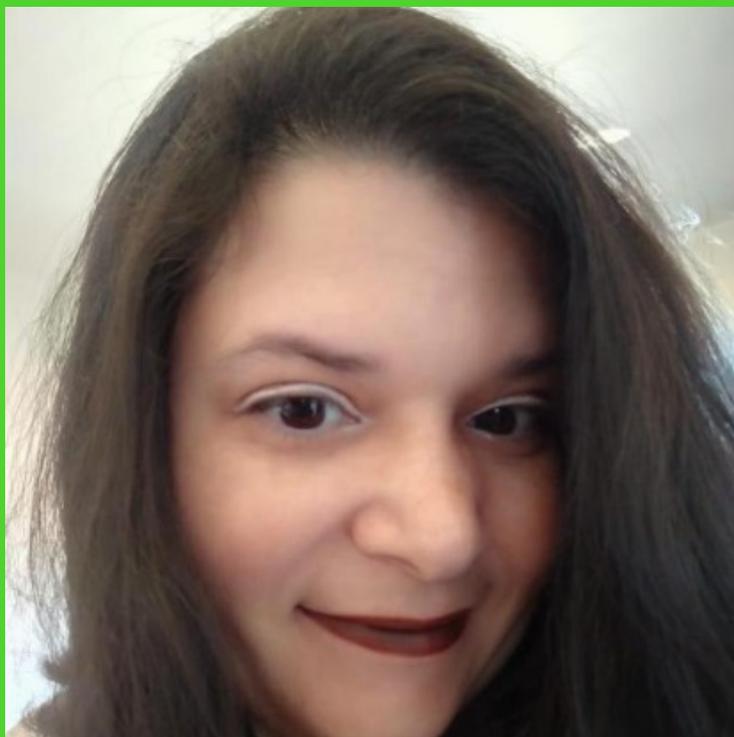
PESSANHA, M.M de J.; TRINDADE, M.F.B. da; OLIVEIRA, O.A.M. de. **A travessia das representações culturais no cotidiano escolar.** 2002.

PRATA, CARMEM LÚCIA. **Gestão escolar e as tecnologias.** In: ALONSO, Myrtes; ALMEIDA, Maria Elizabeth B. de; MASETTO, Marcos Tarciso; MORAN, José Manuel; VIEIRA, Alexandre Thomaz. **Formação de gestores escolares para utilização de tecnologias de informação e comunicação.** Brasília: Secretaria de Educação a Distância, 2002.

RICOCEUR, Paul. **Leituras 1: em torno ao político. Tolerância, intolerância, intolerável.** São Paulo: Brasil, 1995.

# **SOBRE AS ORGANIZADORAS**

**Gabriela Soares Balestero**



**Pós Doutoranda em Direito pela Universidade de Messina/Itália. Doutora em Ciências Jurídicas pela ACU. Doutora em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia. Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University. Mestre em Direito pela Faculdade de Direito do Sul de Minas. Especialista em Direito Constitucional e em Direito Processual Civil pela FDSM. Bacharel em Direito pela FDSM. Licenciada em Sociologia pela Unip. Bacharela em Ciência Política pela Uninter. Licenciada em História pela Fiar. Professora do curso de Direito da Faculdade Pitágoras/Unopar de Pouso Alegre/MG, professora de Sociologia da rede estadual pública de ensino de Minas Gerais. Advogada.**

**Email: [gsbalestero@gmail.com](mailto:gsbalestero@gmail.com).**

**Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5146009728665962>**

## Patrícia Vieira



Bacharela em Direito pela Anhanguera, Licenciada em História pela Universidade de Passo Fundo e graduanda em Pedagogia pela Estácio. Especialista em Metodologia do Ensino de História, Planejamento Pedagógico e Educação Especial Inclusiva pela Uniasselvi. Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University.

E-mail: [pati.vieira@gmail.com](mailto:pati.vieira@gmail.com).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8258148013562670>

# **SOBRE OS AUTORES**

## **Abraão Danziger de Matos**

Graduado em Gestão de Negócios pela Fatec/BS, com especializações na área da Educação, Administração e Informática bem como mestrando em Educação pela ACU -Absoulute Christian University.

E-mail: [estudentegc@gmail.com](mailto:estudentegc@gmail.com)

## **Gabriela Soares Balestero**

Pós Doutoranda em Direito pela Universidade de Messina/Itália. Doutora em Ciências Jurídicas pela ACU. Doutoranda em Direito Constitucional pela Universidade de Buenos Aires. Doutora em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia. Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University. Mestre em Direito pela Faculdade de Direito do Sul de Minas. Especialista em Direito Constitucional e em Direito Processual Civil pela FDSM. Bacharel em Direito pela FDSM. Licenciada em Sociologia pela Unip. Bacharela em Ciência Política pela Uninter. Licenciada em História pela Fiar. Professora do curso de Direito da Faculdade Pitágoras/Unopar de Pouso Alegre/MG, professora de Sociologia da rede estadual pública de ensino de Minas Gerais. Advogada. Email: [gsbalestero@gmail.com](mailto:gsbalestero@gmail.com)

## **Juçara Aguiar Guimarães Silva**

Licenciada em pedagogia pela universidade UNOPAR Universidade Norte Paraná pós graduada em psicopedagogia e Gestão escolar e Mestranda em tecnologias Emergentes em educação pela Must Unisersity.

Email: [escolariosecreche@gmail.com](mailto:escolariosecreche@gmail.com)

## **Júlio César Lopes de Oliveira**

Bacharel em Humanidades, Licenciado em História, Pós- Graduado em Gênero, Diversidade e Direitos Humanos, ambos pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - (UNILAB).

Email: [juliolopes1110@gmail.com](mailto:juliolopes1110@gmail.com)

### **Leandro Menezes da Silva**

Licenciado em Geografia pela universidade UNIVERSO Universidade Salgado de Oliveira pós graduado em Gestão escolar e Mestrando em tecnologias Emergentes em educação pela MUST- Unisersity.

Email: leandromsilva007@gmail.com

### **Michely Queiroz de Lima Menezes**

Graduação em Pedagogia pela FAK Faculdade Kurios e História pela UVA Universidade Estadual Vale do Acaraú. Especialização em História e Geografia pela FAK Faculdade Kurios e Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University.

E-mail: michely\_jairo@hotmail.com

### **Patrícia Vieira**

Bacharela em Direito pela Anhanguera e Licenciada em História pela Universidade de Passo Fundo. Especialista em Metodologia do Ensino de História, Planejamento Pedagógico e Educação Especial Inclusiva pela Uniasselvi. Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University. E-mail: pati.vieira@gmail.com

### **Regina Claudia Medeiros dos Santos**

Graduação Licenciatura Específica em Biologia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Especialização em Gestão Educacional pelo Instituto Superior de Teologia Aplicada - ISTA. Mestrando em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University.

E-mail: rclaudia1312@gmail.com

### **Vanessa Vasconcelos Lima**

Graduada em Pedagogia - Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional (UVA), Gestão escolar, supervisão e coordenação Pedagógica FTP), Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação - MUST University.

E-mail: Vanessa.vlima@hormail.com

# Educação e diversidades



## uma análise inclusiva



[www.arcoeditores.com](http://www.arcoeditores.com)



[contato@arcoeditores.com](mailto:contato@arcoeditores.com)



[/arcoeditores](https://www.instagram.com/arcoeditores)



[@arcoeditores](https://www.facebook.com/arcoeditores)



[\(55\)99723-4952](tel:(55)99723-4952)

**ARCO**  
EDITORES